

# PRÉMIO **RECRIA 2004**

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL,  
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL









# Índice

Prémio REcriA 2004

Introdução	3
Candidaturas Premiadas	5
Restantes Candidaturas	18
Objectivos	37
Regulamento	39



# INTRODUÇÃO





## **Eis-nos chegados à 6ª Edição da entrega do Prémio RECRIA 2004.**

Uma vez mais reconhecemos e distinguimos as candidaturas que cumprem o objectivo primordial deste programa.

Preservar e recuperar os prédios degradados com rendas antigas, reabilitando o parque habitacional nacional, cumprindo simultaneamente a função social de melhorar as condições de vida da generalidade dos inquilinos e dos próprios centros urbanos das nossas cidades.

Aos olhos do cidadão comum, o prédio foi recuperado por fora.

O que muitas vezes não se sabe, é que também o foi por dentro, readaptando as condições do imóvel às necessidades dos nossos dias, olhando para o lado funcional, sem nunca perder personalidade.

O Prémio RECRIA premeia a excelência da obra de recuperação, mas contribui também para a divulgação do esforço de todos e de cada um, despertando as consciências para a importância de manter as nossas raízes saudáveis e as nossas cidades vivas, tanto para quem as habita como para quem as visita.

Só a organização e coordenação entre todos os intervenientes neste processo, garante a excelência e o orgulho de podermos falar em obra feita.

Ano após ano, a Administração Central e Local, os Proprietários/Senhórios, bem como as empresas Construtoras e os Projectistas têm assumido a sua tarefa. Esperamos que muitos mais tomem a iniciativa de cuidar do que é seu.

Num mundo onde a massificação impera, há uma vontade crescente de afirmar a nossa identidade e dar a conhecer a nossa história. Com rigor.

E como sempre, foi o rigor que presidiu à avaliação das candidaturas feita pelo Júri do Prémio RECRIA.

Este ano, o Júri distinguiu três candidaturas. O primeiro prémio foi atribuído a um edifício, perto do centro histórico, em Guimarães, o segundo a um edifício, na zona ribeirinha de Miragaia, no Porto e o terceiro prémio a um edifício, na Rua das Adelas à Praça das Flores, em Lisboa. Estes centros urbanos ficaram mais ricos.

Estamos todos e queremos ficar ainda mais.

O Presidente do INH



CANDIDATURAS PREMIADAS





1º PRÉMIO

Rua da Caldeiroa, 76 · Freguesia de S. Sebastião · Guimarães

Valor do Prémio 12 500€





## 1º PRÉMIO



### PROMOTOR:

Venerável Ordem Terceira  
de S. Domingos  
Rua D. João I  
4450 Matosinhos

### CONSTRUTOR:

José Teixeira & Irmão, Lda.  
Rua de St<sup>a</sup>. Maria, 61  
4800-443 Guimarães

### PROJECTISTA:

Arq<sup>a</sup> Margarida Morais e  
Eng<sup>a</sup> Madalena Vaz  
*Técnicas do G.T.L.*

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	2 + Sótão
Nº de Fracções	1
Nº de Fogos	1

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	34 636,32 €
Comparticipação Total	18 565,52 €
Pelo INH	11 139,31 €
Pela CM	7 426,21 €
Início da obra	Outubro/2002
Conclusão da obra	Dezembro/2003







## 1º PRÉMIO



### Memória Descritiva

O edifício em epígrafe encontra-se inserido na zona de protecção à área classificada como Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO, designada de zona tampão.

Enquadra-se na tipologia da "casa urbana de fachada lisa" do séc. XVII-XVIII, construída em alvenaria de granito de baixo a cima, em fiadas de esquadria, tipo sóbrio de dois pisos sem o mínimo de destaque de ornamentos salientes de padieiras e ombreiras laterais.

Exteriormente o sistema construtivo da edificação é constituído na fachada principal em alvenaria de granito e na fachada posterior em taipa de rodízio no piso superior (estrutura mista de madeira e tijolo – as paredes compõem-se de uma estrutura reticular constituída por vigas de madeira colocadas a prumo, de 12cm x 12 cm, mantendo uma distancia entre elas de 50 cm, cujos vãos são preenchidos de tijolo burro e argamassa de barro. A morfologia da construção destas estruturas é constituída por vigas com travamento múltiplo (na perpendicular e em cruz).

Interiormente, o sistema construtivo é muito antigo, anterior ao sistema construtivo da taipa de fasquio. Os paramentos encontravam-se executados com estrutura de madeira com preenchimento a palha e uma argamassa pobre.

Porem, dado o mau estado e conservação destes paramentos, cuja estrutura se encontrava apodrecida, esta foi objecto de demolição, procedendo-se então a execução de uma nova estrutura de madeira nos paramentos, com tábuas de madeira colocadas a prumo sobre as quais se prega um segundo pano de tábuas diagonalmente dispostas travadas por ultimo com um ripado (com 2 cm de largura). A este ripado dá-se o nome de "fasquio", sendo ele a identificação da própria técnica.

No edificio intervencionado procedeu-se:

- # a manutenção das técnicas construtivas tradicionais ;
- # a utilização das argamassas pobres;
- # a utilização de tintas artesanais, nomeadamente as tintas de óleo nos madeiramentos exteriores e interiores;
- # a utilização da telha tradicional - telha de canudo (telha que apresenta a forma de meia cana e cuja dimensão varia de produtor para produtor).

Este tipo de construções recuperadas com os sistemas construtivos e técnicas tradicionais mantém o centro histórico com as suas características originais.



## 2º PRÉMIO

**Rua De Miragaia, 47/48 · Freguesia de Miragaia · Porto**

Valor do Prémio 12 500€





## 2º PRÉMIO



### PROMOTOR:

Otelinda Machado  
Pimentel Martins  
Rua dos Crisântemos, 309  
4510-538 Fânzeres

### CONSTRUTOR:

Noviconstroi – Empresa de  
Construções, Lda.  
R. do Xisto, Lote 9 – Silva Escura  
Apartado 4048 – 4470-850 Maia

### PROJECTISTA:

Arqª Maria do Carmo Rola

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos 4  
Nº de Fracções 5  
Nº de Fogos 4

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	169 834,38 €
Comparticipação Total	65 241,96 €
Pelo INH	32 620,98 €
Pela CM	32 620,98 €
Início da obra	Agosto/ 2001
Conclusão da obra	Agosto/ 2003





## Memória Descritiva

O imóvel da Rua de Miragaia com o nº 47/48 está integrado na freguesia de Miragaia, e localiza-se mesmo em frente da rampa que dá acesso a Rua Nova da Alfândega.

Os edifícios presentes nesta frente urbana apresentam tipologias muito comuns e localizam-se sob a antiga praia de Miragaia que adiante iremos aludir. Observa-se neste local um passeio coberto que se estende ao longo de toda a rua, em arcada de granito datado do século XVII

Estamos perante um edifício cujas paredes exteriores são em alvenaria de granito assentes sobre um largo arco constituído por rés-do-chão e dois pisos. Na sua fachada são de realçar as duas belas varandas em ferro forjado apoiados em cachorros.

Povoada a partir de 1243, Miragaia foi local de instalação de mercadores gregos e arménios, bem como do povo judeu que aqui estabeleceu a sua comunidade até cerca de 1388. Nesta data o monarca D. João I integrou intramuros esta comunidade na zona do Campo do Olival, actual Cordoaria.

A praia e o estaleiro de Miragaia, local estratégico e crucial aquando da expansão marítima, deram lugar na segunda metade do século XIX à construção do novo edifício da Alfândega tendo como consequência a abertura de um novo arruamento, baptizado com o nome de Rua Nova da Alfândega.

A Rua Nova da Alfândega situou-se a uma cota superior em relação à antiga Rua de Miragaia o que fez com que o casario assente sobre arcada, que em tempos mais remotos se designava como cobertos, ficasse abaixo do nível desta nova artéria.

O edifício localiza-se na zona do Centro Histórico da cidade do Porto, considerado desde de 1996, pela UNESCO, como Património Cultural da Humanidade.



## 2º PRÉMIO



Situa-se entre uma cortina de edifícios igualmente classificáveis, mas destaca-se pela sua inigualável fachada principal, em alvenaria de granito a vista e com trabalho de pedra que se desenha por todo o alçado principal.

Desenvolve-se sobre um dos arcos da Alfândega, com quatro pisos, mais um recuado, com 4,80m de largura, 14,50m de altura e 17,70m de profundidade. Apresenta ainda elementos construtivos do séc. XVI. Sendo de notar que a cada piso corresponde apenas uma habitação, atravessada no seu miolo por um espaço comum a todos os moradores (escada).

Através dos tempos, já sofreu varias transformações, designadamente no tocante as zonas de águas, esgotos e electricidade.

Apesar de se tratar de um edifício de elevado valor estético, construtivo e histórico, a estrutura de apoio aos vários andares se encontra em muito mau estado de conservação, tendo os travejamentos horizontais de madeira apodrecido ao longo dos séculos, nomeadamente no que se refere ao R/C, que ciclicamente sofre as inundações do Rio Douro.

Apesar das beneficiações obtidas através dos tempos nas infra-estruturas básicas, as condições de habitabilidade dos moradores continuam bastante deficientes. Dai que, a proprietária do imóvel, tenha optado por uma intervenção que melhorasse as condições de segurança, higiene, salubridade e conforto dos moradores, valorizando o edifício e a zona envolvente.

Com esta opção será possível realojar os actuais moradores e melhorar as condições habitacionais dos fogos, facto que poderá beneficiar as relações de vizinhança e o seu enquadramento social numa zona bem típica da cidade.

Na concepção do projecto atendeu-se ao valor arquitectónico do edifício, procurando inseri-lo nas características gerais do ambiente próximo e se possível valoriza-lo, mantendo a fachada principal, rasgando e alinhando algumas (poucas) aberturas existentes na fachada posterior e revestindo a parede da fachada lateral.

Refira-se ainda, que a sensibilidade do tecido urbano envolvente e alguma dificuldade de acesso ao local condicionou certas opções de reconstrução, designadamente a nível da fachada do alçado posterior.



## 3º PRÉMIO

**Rua das Adelas, 2 e 4 · Freguesia das Mercês · Lisboa**

Valor do Prémio 7 500€





## 3º PRÉMIO



### PROMOTOR:

Maria Manuela Carneiro  
Tavares Paulo  
Av. Emílio Navarro, 505 D  
2750-337 Cascais

### CONSTRUTOR:

Engº Henrique Manuel  
M. Fernandes Pinto  
Rua Dr. Lopes de Oliveira, 87  
2775-230 Parede

### PROJECTISTA:

Arqº André Ricardo Brito Caiado

### EDIFÍCIO:

Ano de Construção	Anterior a 1894
Nº de Pisos	4
Nº de Fogos	8
Nº de Fracções	8
Última beneficiação	1902

*(antes da intervenção do RECRIA)*

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	241 223,00 €
Comparticipação Total	85 178,00 €
Pelo INH	51 137,00 €
Pela CM	34 041,00€
Início da obra	Setembro/1999
Conclusão da obra	Março/2003





### Memória Descritiva

Até meados do séc. XVIII a freguesia das Mercês, a que se podem juntar outras zonas, como a Estrela, Lapa e Campo de Ourique, eram quintas de cultivo, vinhas e pomares.

Em 1598 foi construído um Convento na Quinta da Saúde, ocupado por frades da Ordem de S. Bento, o qual terá dado origem aos actuais edifícios da Assembleia da República. O nome da Ordem deu origem ao nome do Lugar. O troço que vinha desde o Rio, até um pouco acima do referido Convento, foi então designado por Rua da Flor da Murta. Para Norte, a ligação ao que hoje é o Largo do Rato, seria apenas uma vereda para o serviço agrícola.

Toda aquela zona, onde predominam as lojas de velharias e de antiguidades, hoje Rua de S. Bento, terá tido origem numa antiga feira que se realizava, com grande regularidade, à sombra do Convento.

Muito próximo, entre as actuais Rua de S. Marçal e da Palmeira, existe a Rua das Adelas, termo que significa “mulher que compra e vende objectos usados, especialmente roupas” Alguns autores referem que, naquela zona, por volta de 1882, no reinado de Dona Maria II, terá funcionado aos sábados a Feira da Ladra, que às terças-feiras se realizava no Campo de Santa Clara.

Em finais do século XIX foi construído na Rua das Adelas o prédio a que se reporta a presente candidatura, então constituído por lojas, 1º andar e sótão, com os números de polícia de 4 a 10.

Em 1902 o prédio foi ampliado, de acordo com o projecto aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa passando à sua actual volumetria e dispondo apenas das duas portas actualmente existentes na fachada principal, com os números de polícia 2 e 4. Licença de Obra número 4217 de 19-07-1902

A intervenção realizada no edifício, com o fito da sua reabilitação e adaptação às necessidades actuais de uso e vivência, foi efectuada com grande preocupação das condições de segurança e do respeito pelos materiais e equipamentos originais.



### 3º PRÉMIO



A nova arquitectura dos apartamentos foi exigida pela criação de novas cozinhas e casas de banho em todos os fogos, em substituição das rudimentares instalações que, nos casos em que existiam, não respeitavam as condições mínimas de higiene, segurança e conforto.

Face à nova geometria do projecto foi necessário levantar e instalar novo vigamento dos pavimentos, em soalho de tábua corrida. Com excepção dos dois rés-do-chão, os pavimentos dos apartamentos, patamares e escadas foram integralmente restaurados, com madeira de qualidade idêntica à original. Nos dois rés-do-chão o soalho foi substituído por tijoleira, devido ao mau estado de conservação em que se encontrava, procedendo-se previamente à sua impermeabilização.

As intervenções estruturais, na generalidade, limitaram-se a reparar ou a substituir os elementos degradados. Os trabalhos de acabamento e de beneficiação geral, incluindo a impermeabilização da cobertura, os rebocos e pinturas de paredes foram executados de modo tradicional, apenas se apontando como excepções a criação de tectos falsos destinados ao alojamento das tubagens e canalizações das novas redes de água, de gás, de esgoto, de electricidade, de telefones e de televisão.

Na tentativa de aumentar as áreas das salas, foi demolida uma parede mestra paralela à fachada principal, na ala direita do edifício, substituindo-a por uma estrutura metálica, apoiada em fundações de betão armado e construída junto à parede mestra existente, a qual passou a suportar toda a estrutura até ao telhado.

Construíram-se lajes de piso, vigas e pilares, em betão armado, adossados à estrutura existente, com o objectivo de evitar a redução da área da sala do rés-do-chão, já muito exígua na sua arquitectura original.

Foram instaladas novas redes de água, de gás, de esgoto, de electricidade, de telefones e de televisão, substituindo integralmente os materiais e aparelhagem originais.

A rede de águas, inicialmente reduzida à alimentação de uma torneira por fogo, foi substituída no novo traçado, por canalização embebida, de forma a dar satisfação às novas condições de exigência. A rede de gás natural, inicialmente inexistente, foi instalada em tubagem de cobre e calculada para alimentar os aparelhos de queima previstos para as cozinhas de todos os fogos. A rede de esgotos, anteriormente em tubos de grés, justapostos à fachada de tardo, foi substituída por tubos do tipo PVC integralmente embutidos nas paredes do edifício e redimensionada de acordo com os novos equipamentos previstos e instalados nas novas casas de banho e cozinhas. A rede eléctrica, muito rudimentar e até inexistente no caso do rés-do-chão esquerdo, foi igualmente substituída por uma nova instalação com o objectivo de satisfazer os novos pontos de luz e tomadas, nomeadamente para alimentação dos electrodomésticos instalados.

Refira-se ainda que as cozinhas de todos os fogos foram equipadas com armários, esquentadores, frigoríficos, fogões e máquinas de lavar, com o objectivo de melhorar as condições de conforto, segurança e conservação.



RESTANTES CANDIDATURAS





Rua do Mercado, 14-18

## Freguesia de S. Paulo – Lisboa



### PROMOTOR:

José Vasquez Blanco  
Rua do Mercado, 14 – 2º  
1200-267 Lisboa

### CONSTRUTOR:

Construções Moreira Barros, Lda.  
Rua do Miradouro, Lt 3 – 3º Dto.  
2735-300 – Agualva-Cacém

### PROJECTISTA:

José Manuel dos Santos Santana  
*Electricidade*

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	5 (térreo + 1º + 2º + 3º + sótão)
Nº de Fracções	4
Nº de Fogos	4
Última beneficiação	1970

(antes da intervenção do RECRIA)

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	140 057,65 €
Comparticipação Total	54 144,40 €
Pelo INH	32 486,63 €
Pela CM	21 657,77 €
Início da obra	Abril/1997
Conclusão da obra	Janeiro/2003





**PROMOTOR:**

Gorge / Varo  
Rua S. João da Praça, 86 – R/C  
1100-521 Lisboa

**CONSTRUTOR:**

GORGE – Gestão e Organização  
de Empresas  
Rua 5 de Outubro, Lt C, 27 – 1º F  
2700-197 Amadora

**PROJECTISTA:**

Diogo Bastos

**EDIFÍCIO:**

Ano de Construção	1900
Nº de Pisos	5
Nº de Fracções	5
Nº de Fogos	4

**INTERVENÇÃO DO RECRIA:**

Valor da obra	76 006,80 €
Comparticipação Total	48 167,75 €
Pelo INH	28 901,37 €
Pela CM	19 266,38 €
Início da obra (3ºPiso e Águas Furtadas)	Dez/2001
Conclusão da obra (Partes comuns)	Set/2003



Rua José Joaquim Jara, 56

## Freguesia de Santa Maria – Tavira



### PROMOTOR:

Júlio Alexandre de Melo  
Rua Luís Pastor de Macedo, 5 – 14º Andar  
1750-155 Lisboa

### CONSTRUTOR:

Manuel Mateus Pereira Gonçalves  
Gião – Caixa Postal 501 – Z  
Mocarapacho  
8700 Olhão

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	1
Nº de Fracções	1
Nº de Fogos	1
Última beneficiação	1970

*(antes da intervenção do RECRIA)*

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	36 718,50 €
Comparticipação Total	25 847,13 €
Pelo INH	15 508,28 €
Pela CM	10 338,85 €
Início da obra	Outubro/2002
Conclusão da obra	Julho/2003



**Freguesia de S. Vicente e Ventosa – Elvas**



**PROMOTOR:**

José Manuel Corricas Pires  
Rua Camilo Castelo Branco,  
24 – 5º Frente  
2910-444 Setúbal

**CONSTRUTOR:**

Elviobra – Sociedade de  
Construções, Lda.  
Estrada Nacional 373, 9A  
7350-231 Elvas

**PROJECTISTA:**

Arqº José Francisco  
Canhão Trabuco

**EDIFÍCIO:**

Nº de Pisos	1
Nº de Fracções	1
Nº de Fogos	1

**INTERVENÇÃO DO RECRIA:**

Valor da obra	28 000,00 €
Comparticipação Total	18 836,46 €
Pelo INH	11 454,39 €
Pela CM	7 382,07 €
Início da obra	Janeiro/2003
Conclusão da obra	Maio/2003



Avenida Elias Garcia, 159

## Freguesia de Queluz – Sintra



### PROMOTOR:

Maria dos Remédios Rocha Gonçalves Pereira  
Largo Dr. Teófilo Braga, 12  
2580-342 Alenquer

### CONSTRUTOR:

António Cristóvão Dias  
Rua da Juventude, Lote 12  
2825-155 Caparica

### EDIFÍCIO:

Ano de Construção	1961/1962
Nº de Pisos	3
Nº de Fracções	13
Nº de Fogos	11

### INTERVENÇÃO DO RECREIA:

Valor da obra	65 124,00 €
Comparticipação Total	31 582,51 €
Pelo INH	18 682,72 €
Pela CM	12 899,79 €
Início da obra	Maio/2003
Conclusão da obra	Setembro/2003



Rua Serpa Pinto, 70, 70A, 70B e Rua Lousadas, 11, 13, 13A, 15  
**Freguesia de Santa Antão – Évora**



**PROMOTOR:**

Maria Fernanda Pereira  
Gonçalves de Lacerda  
Rua José Estêvão, 2 – 2º Esq.  
1150-802 Lisboa

**CONSTRUTOR:**

João Garcia – Construções Civis  
Rua Cândido dos Reis, 136  
7090-238 Viana do Alentejo

**PROJECTISTA:**

Pedro de Sousa Andrade e Silva

**EDIFÍCIO:**

Ano de Construção	anterior de 1942
Nº de Pisos	2
Nº de Fracções	5
Nº de Fogos	2

**INTERVENÇÃO DO RECRIA:**

Valor da obra	106 597,60 €
Comparticipação Total	66 777,98 €
Pelo INH	40 066,69 €
Pela CM	26 711,29 €
Início da obra	Dezembro/2002
Conclusão da obra	Maio/2003



Alarcova de Cima, 1

## Freguesia de Santa Antão - Évora



### PROMOTOR:

Maria Antónia Pantoja Nazareth Conde  
Praça Rainha Santa, 6 – 5º Dto.  
1600-687 Lisboa

### CONSTRUTOR:

Planocivil – Planos e Construções Civil, Lda.  
Calçada da Picheleira, 78A  
1900-373 Lisboa

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	4
Nº de Fracções	4
Nº de Fogos	3
Última beneficiação	1996

*(antes da intervenção do RECRIA)*

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	75 303,85 €
Comparticipação Total	39 495,80 €
Pelo INH	23 534,68 €
Pela CM	15 961,12 €
Início da obra	Setembro/2002
Conclusão da obra	Maio/2003





**PROMOTOR:**

Narcisa de Lurdes Laurentino de Sá Branco da Rocha  
Rua dos Eucaliptos, 36 – Bairro da Malagueira – 7000-706 Évora

**CONSTRUTOR:**

Alfredo José Carriço Perdigão  
Rua Joaquim Agostinho, 12  
7005-523 Évora

**PROJECTISTA:**

Engº António de Jesus Arcanjo

**EDIFÍCIO:**

Ano de Construção	anterior a 1950
Nº de Pisos	2
Nº de Fracções	2
Nº de Fogos	2

**INTERVENÇÃO DO RECRIA:**

Valor da obra	36 018,72 €
Comparticipação Total	20 171,06 €
Pelo INH	12 102,63 €
Pela CM	8 068,43 €
Início da obra	Outubro/2002
Conclusão da obra	Novembro/2003



Rua da Mostardeira, 21A e Largo Severim de Faria, 10

## Freguesia de S. Mamede – Évora



### PROMOTOR:

Maria Arlete André Duarte de Sousa  
Urbanização da Muralha, Lote 28  
7000-968 Évora

### CONSTRUTOR:

Fernando Margaça - Construções Lagameçar  
2965-261 Poceirão

### EDIFÍCIO:

Ano de Construção	1895
Nº de Pisos	3
Nº de Fracções	2
Nº de Fogos	2
Última beneficiação	1985
<i>(antes da intervenção do RECRIA)</i>	

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	22 833,65 €
Comparticipação Total	12 789,85 €
Pelo INH	7 675,11 €
Pela CM	5 114,74 €
Início da obra	Abril/2003
Conclusão da obra	Julho/2003



Travessa da Figueirôa, 45  
**Freguesia da Cedofeita - Porto**



**PROMOTOR:**

Maria do Céu Pato Rosa  
Rua Corte Real, 676M  
4150-232 Porto

**CONSTRUTOR:**

CPAS  
Rua da Boavista, 441  
4050-108 Porto

**EDIFÍCIO:**

Ano de Construção	1911
Nº de Pisos	2
Nº de Fracções	2
Nº de Fogos	2

**INTERVENÇÃO DO RECRUA:**

Valor da obra	28 328,00 €
Comparticipação Total	17 382,87 €
Pelo INH	10 429,83 €
Pela CM	6 953,04 €
Início da obra	Março/2003
Conclusão da obra	Outubro/2003



Rua 9 de Abril, 683 Casa 1 e 2

## Freguesia de Paranhos – Porto



### PROMOTOR:

Cristina Maria Martins Teixeira de Rede  
Rua da Agnes, 107  
4150-027 Porto

### CONSTRUTOR:

Mário Jesus Nogueira da Silva  
Rua S. Roque, 81  
4785-108 Alvarelhos-Trofa

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	2
Nº de Fracções	1
Nº de Fogos	2

### INTERVENÇÃO DO RECRUA:

Valor da obra	8 570,08 €
Comparticipação Total	4 914,25 €
Pelo INH	2 948,55 €
Pela CM	1 965,70 €
Início da obra	Outubro/2003
Conclusão da obra	Dezembro/2003



Praça 9 de Abril, 164

## Freguesia de Paranhos – Porto



### PROMOTOR:

Maria Alexandrina Santos Pinto Fernandes de Barros  
Rua Manuel da Silva Leal, 2 – 3º Esq.  
1600-166 Lisboa

### CONSTRUTOR:

Fernando Augusto da Silva, Lda.  
Lugar de Vila Nova – Nogueira  
4710-169 Braga

### EDIFÍCIO:

Ano de Construção	1960
Nº de Pisos	5
Nº de Fracções	5
Nº de Fogos	2

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	12 225,86 €
Comparticipação Total	6 845,79 €
Pelo INH	4 107,47 €
Pela CM	2 738,32 €
Início da obra	Junho/2003
Conclusão da obra	Novembro/2003



Rua das Flores, 44-46-48

## Freguesia da Sé – Porto



### PROMOTOR:

Filipe Manuel Cardoso Faria de Castro  
Rua Escola de Sampaio, 11 – Canidelo  
4400-442 Vila Nova de Gaia

### PROJECTISTA:

António José Sousa Ramos

### EDIFÍCIO:

Ano de Construção	início do século XX
Nº de Pisos	5
Nº de Fracções	6
Nº de Fogos	6

### INTERVENÇÃO DO RECREIA:

Valor da obra	355 000,00 €
Comparticipação Total	69 664,16 €
Pelo INH	34 832,08 €
Pela CM	34 832,08 €
Início da obra	Junho/2002
Conclusão da obra	Mai/2003





**PROMOTOR:**

Maria Eulália Coelho de Matos  
Lobão Igreja Pereira  
Est. Int. da Circunvalação, 10017  
4250-150 Porto

**CONSTRUTOR:**

MOESP – Iniciativas  
Industriais, Lda.  
Rua Alfredo Cunha, 217 – 1/S/2  
4450-023 Matosinhos

**PROJECTISTA:**

Afonso Sá – Arquitectos, Lda.

**EDIFÍCIO:**

Ano de Construção	1938
Nº de Pisos	4
Nº de Fracções	4
Nº de Fogos	3

**INTERVENÇÃO DO RECRIA:**

Valor da obra	103 327,00 €
Comparticipação Total	31 566,80 €
Pelo INH	15 782,40 €
Pela CM	15 784,40 €
Início da obra	Abril/2001



Rua dos Caldeireiros, 137 a 141

## Freguesia da Victória – Porto



### PROMOTOR:

Ezequiel Faria da Silva Castro  
Rua Escola de S. Paio, 11  
4400-442 Vila Nova de Gaia

### CONSTRUTOR:

Alexandre Oliveira Maia  
Grijó  
4400 Vila Nova de Gaia

### PROJECTISTA:

Manuel Fernandes Loja

### EDIFÍCIO:

Ano de Construção	anterior a 1951
Nº de Pisos	4
Nº de Fracções	6
Nº de Fogos	5

### INTERVENÇÃO DO RECREIA:

Valor da obra	300 000,00 €
Comparticipação Total	61 903,52 €
Pelo INH	30 951,14 €
Pela CM	30 952,38 €
Início da obra	Junho/1998
Conclusão da obra	Julho/1999



Rua Sá Noronha, 97-99

## Freguesia da Victória – Porto



### PROMOTOR:

Paulo José Homem de Sousa de Brito  
Rua Latino Coelho, 297  
4000-316 Porto

### CONSTRUTOR:

José Fernando Machado Leal  
Águas Levadas – Nespereira  
4620 Lousada

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	4
Nº de Fracções	5
Nº de Fogos	3

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	49 239,08 €
Comparticipação Total	27 573,88 €
Pelo INH	16 544,33 €
Pela CM	11 029,55 €
Início da obra	Outubro/2002
Conclusão da obra	Novembro/2003



Rua Mouzinho da Silveira, 350-354 com Rua Corpo da Guarda, 18

## Freguesia de Miragaia – Porto



### PROMOTOR:

José Justino Ribeiro Ferreira  
Rua Raul Brandão, 105  
4435 Rio Tinto

### CONSTRUTOR:

Adelino Soares Mendonça  
Avenida Monte Azevido, 985  
4585-463 Rebordosa

### PROJECTISTA:

Arqº Arnaldo Loja

### EDIFÍCIO:

Nº de Pisos	5
Nº de Fracções	5
Nº de Fogos	1

### INTERVENÇÃO DO RECREIA:

Valor da obra	142 428,95 €
Comparticipação Total	94 470,09 €
Pelo INH	56 682,03 €
Pela CM	37 788,06 €
Início da obra	Outubro/2002
Conclusão da obra	Outubro/2003



Rua do Godinho, 852

## Freguesia de Matosinhos – Matosinhos



### PROMOTOR:

Álvaro Ribeiro Capela  
Rua do Godinho, 852  
4450-147 Matosinhos

### CONSTRUTOR:

José Pereira da Silva  
Empreiteiro de Construção Civil  
Maia

### PROJECTISTA:

Colaboração da Divisão de  
Habitação da C.M. Matosinhos

### EDIFÍCIO:

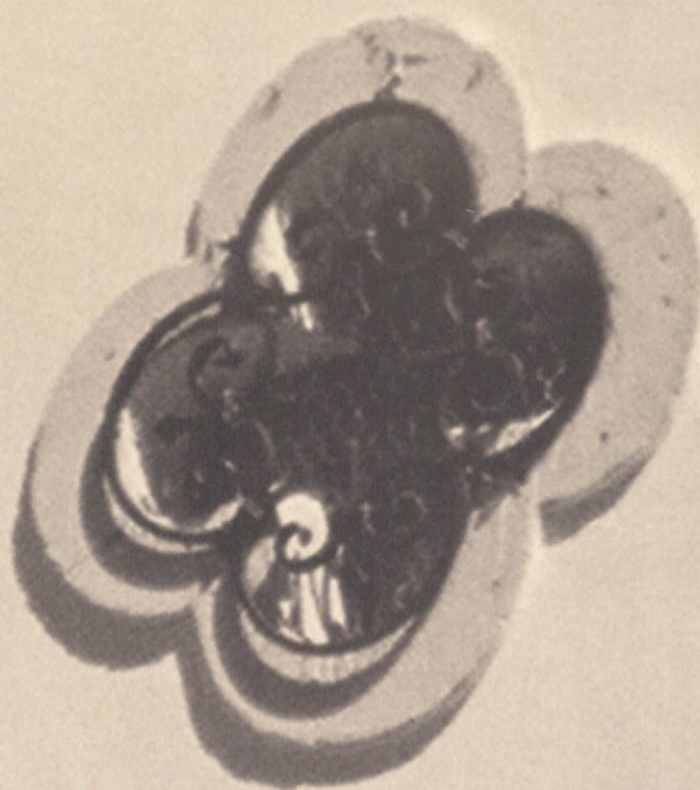
Ano de construção	1937
Nº de Pisos	1
Nº de Fracções	1
Nº de Fogos	1

### INTERVENÇÃO DO RECRIA:

Valor da obra	35 849,12 €
Comparticipação Total	27 587,59 €
Pelo INH	16 552,55 €
Pela CM	11 035,04 €
Início da obra	Janeiro/2003
Conclusão da obra	Abril/2003



OBJECTIVOS  
REGULAMENTOS





## 1. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DO PROGRAMA RECRIA

O RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados, foi criado pelo Decreto-Lei 4/88 de 14 de Janeiro, com o objectivo de inverter o estado de progressiva degradação do parque habitacional arrendado a que se tem vindo a assistir há anos. Como programa, representa uma medida de longo alcance social por proporcionar melhores condições de habitabilidade à generalidade dos inquilinos, e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos pelas intervenções no âmbito da reabilitação urbana.

- Decorridos alguns anos após a criação do programa RECRIA, houve necessidade de o aperfeiçoar, sendo, contudo, mantidos todos os pressupostos que estiveram na sua génese.

Por outro lado, com a publicação do Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro, que aprovou o R.A.U. (Regime do Arrendamento Urbano), adveio a necessidade de uniformizar o tipo de obras previstas neste diploma com as obras a realizar no âmbito do RECRIA. Com essa finalidade, foi publicado o Decreto-Lei nº 197 /92 de 22 de Setembro, que foi aperfeiçoado pelo Decreto-Lei nº 104/96, de 31 de Julho.

Em 1996, por despacho ministerial, foi criada a Comissão para o Arrendamento Habitacional, a qual tinha como um dos principais objectivos "propor mecanismos para dinamizar a reabilitação e manutenção do parque habitacional arrendado;"

Concluídos os trabalhos da referida Comissão, procedeu-se à revisão de um conjunto de diplomas legais, através da qual foi efectivada nova legislação, sobre o Programa RECRIA, consubstanciada no Decreto-Lei nº. 329-C/2000, de 22 de Dezembro, que veio introduzir um conjunto de medidas que visam prosseguir de uma forma integrada a resolução de algumas questões ligadas à problemática da reabilitação urbana.

Constata-se assim, o interesse da Administração em adaptar continuamente o programa RECRIA, de forma a responder a novas situações de gestão do património a recuperar. É uma situação de grande complexidade, e a sua solução passa pela participação de todas as entidades intervenientes, tais como a Administração Central e Local, os Inquilinos, os Proprietários e os Senhorios.

Em síntese, no contexto do programa RECRIA, o IGAPHE tem vindo a divulgar e a desenvolver, em colaboração com os Municípios, um trabalho importante de conservação e recuperação do parque habitacional, estando já recuperados ou em recuperação cerca de 22 500 fogos.

Uma das formas de divulgação e enriquecimento do Programa, foi a criação do Prémio RECRIA..

Considerando contudo a experiência recolhida com os anteriores Prémios, passou este a contemplar a possibilidade da sua atribuição a mais do que um concorrente, permitindo uma maior divulgação do Programa, contendo assim três lugares de classificação para os quais serão atribuídos prémios pecuniários.

A concretização da fusão do IGAPHE com o INH, regulada pelo Decreto-Lei nº243/2002, de 5 de Novembro, implicou a transferência das atribuições e competências do IGAPHE para o INH.

Assim, o Prémio RECRIA passa a existir também no âmbito das tarefas de reabilitação urbana do INH, como representante da Administração Central, competindo-lhe o desenvolvimento e prossecução do mesmo.

## 2. O QUE É O PRÉMIO RECRIA

O programa RECRIA, utilizado pelas Câmaras Municipais como instrumento de reabilitação urbana, contribui para a valorização do património habitacional arrendado.



O Prémio RECRIA é uma acção concreta e simbólica de divulgação de recuperação do património habitacional antigo, dado que:

- a) É necessário deixar memória de uma acção - codificando-a, pelo que se propõe um símbolo para colocar nos edifícios premiados;
- b) É necessário aproveitar o “laboratório de experiência da melhor recuperação”, não o perdendo, pelo que se propõe a divulgação desta acção;
- c) É necessário interessar activamente quem faz o esforço da melhor recuperação, pelo que o Prémio RECRIA apoiará financeiramente os promotores/proprietários, cujas obras sejam em cada ano merecedoras do mesmo.

### **3. OBJECTIVOS DO PRÉMIO**

Este Prémio pretende atingir os seguintes objectivos:

- a) Promover a divulgação do trabalho desenvolvido pela Administração Central e pelas Câmaras Municipais ao nível deste Programa de recuperação/reabilitação do património habitacional degradado e consequente melhoria das condições de habitabilidade;
- b) Contribuir, através do conhecimento de experiências inovadoras, para a sua contínua adaptação a novas situações e a novos programas afins;
- c) Contribuir para que a imagem dinâmica do RECRIA faça interessar cada vez mais os promotores (públicos ou privados) e o cidadão em geral, na protecção, recuperação e revitalização do património habitacional dado o valor global efectivo deste tipo de intervenção;
- d) Promover o interesse das empresas construtoras e dos projectistas neste sector especializado da construção civil e incentivar a sua apetência e preparação técnica para este tipo de trabalhos;
- e) Assegurar, através da divulgação das melhores intervenções (técnico-económicas) o interesse do cidadão pela preservação e revitalização do património habitacional dos centros urbanos históricos e/ou sedimentados;
- f) Apoiar as empresas e os projectistas/coordenadores da acção de recuperação divulgando o trabalho executado;
- g) Apoiar o estudo e investigação aplicada das tecnologias específicas de cada época de construção dos edifícios, sua adaptação aos tempos e divulgação como memória da comunidade;
- h) Contribuir para a divulgação das melhorias sociais obtidas a fim de realçar o aumento do nível de habitabilidade e do valor de vizinhança que a recuperação/revitalização do património habitacional degradado promove;
- i) Incentivar a melhoria da qualidade técnica das acções no âmbito do RECRIA.

### **4. O PRÉMIO**

Na sequência destes objectivos foi aprovada a atribuição, pelo IGAPHE, e posteriormente pelo INH, de prémios anuais e de âmbito nacional – os prémios RECRIA/ (ano de referência), que vigoram desde 1998.

### **5. ATRIBUIÇÃO**

O PRÉMIO RECRIA/(ano de referência) – será atribuído aos promotores das obras integradas no programa RECRIA e concorrentes ao mesmo, sob a forma de uma classificação consoante o mérito patenteado na recuperação e traduzida em valores pecuniários a receber. As empresas construtoras e os projectistas/coordenadores da acção, beneficiarão da divulgação do Prémio e, consequentemente, a sua acção como intervenientes na obra será destacada e prestigiada.

### **6. PARÂMETROS DE APRECIAÇÃO**

- a) Avaliação do empreendimento – analisando as acções de programação, da concepção, da construção e da melhoria da habitabilidade (nível de conforto habitacional);



- b) Avaliação das melhorias obtidas nas relações do edifício com o seu interior e com a cidade, isto é, nas normais exigências de:
- Respeito pelo existente – no conjunto e no pormenor;
  - Conforto habitacional – arquitectura do espaço e da cor, impermeabilização e isolamento térmico e acústico;
  - Segurança – na execução da obra e no resultado final, do ponto de vista da estabilidade, da protecção contra incêndios e contra intrusão;
  - Racionalidade construtiva e qualidade de acabamentos aplicados e sua compatibilização com a utilização de materiais e técnicas inicialmente usados;
  - Influência do resultado da recuperação na vivência da zona urbana (valor da vizinhança);
- c) Avaliação do custo da recuperação/revitalização face ao custo da construção nova, tendo em conta as características dos edifícios, a área de construção, a localização e o número de fogos ou usos.

## Regulamento

---

- 1) O Prémio RECRIA, cujo valor corresponde a 50% da comparticipação total concedida, consiste na atribuição de prémios pecuniários aos promotores, distinguindo as melhores obras candidatas em cada ano, pela classificação em 1.º, 2.º e 3.º.

O 1.º prémio terá um valor máximo de 30 000,00 euros e um valor mínimo de 12 500,00 euros, o 2.º prémio terá um valor máximo de 12 500,00 euros e um valor mínimo de 7 500,00 euros e o 3.º prémio terá um valor máximo de 7 500,00 euros e um valor mínimo de 5 000,00 euros.

Existem ainda as Menções do júri, sem direito a qualquer valor pecuniário.

Nos edifícios laureados será colocada uma placa em material não degradável, contendo o nome da empresa construtora, o nome do projectista e o nome do promotor/coordenador da acção bem como o prémio obtido.

Os premiados bem como as empresas construtoras e os projectistas terão ainda direito a um Diploma referente ao prémio obtido.

- 2) O Prémio será anualmente atribuído aos empreendimentos cujas obras de recuperação no âmbito do RECRIA, tenham sido concluídas no ano anterior e comprovadas mediante a declaração municipal respectiva, enviada ao INH até 08 de Janeiro do ano seguinte.
- 3) Ao Prémio podem candidatar-se os promotores cujas obras estejam nas condições do número anterior, podendo ainda ser aceites candidaturas de obras nas condições referidas, desde que propostas pelo INH ou pelos Municípios nos quais se integram. Não poderão ser aceites as candidaturas dos promotores de obras nas quais tenham participado, nas fases de elaboração/execução, elementos que façam parte do júri ou que tenham com eles relações de parentesco, associação ou colaboração permanente.
- 4) Os serviços do INH recebem e organizam a documentação que será presente ao Júri. O prazo desta acção será de quinze dias, de 15 a 30 de Maio (inclusive).
- 5) Até 30 de Junho, o INH comunicará, por escrito, aos concorrentes, a aceitação da Candidatura ao Prémio.
- 6) O júri do Prémio RECRIA será assim constituído:
- Presidente do Júri - o Presidente do Conselho Directivo do INH, que poderá delegar;
  - Um representante da DCN e outro da DCS;



- Um representante do IGAPHE;
- Um representante da Ordem dos Arquitectos;
- Um representante da Ordem dos Engenheiros;
- Um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- Um representante da Associação Lisbonense de Proprietários;
- Um representante da Associação dos Inquilinos Lisbonenses;
- Um representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

Cada entidade indicará ao INH, na data a indicar por ofício, quem o representará nos trabalhos do Júri.

- 7) Os trabalhos do júri, com início em data a indicar, após homologação pelo Conselho Directivo do instituto, desenvolver-se-ão do seguinte modo:

1ª reunião – Para análise das candidaturas e uma primeira selecção através dos elementos disponíveis, estabelecendo o plano de visitas aos empreendimentos;

2ª reunião – Para discutir e classificar os empreendimentos, após as visitas e para a atribuição dos Prémios entre os seleccionados;

Os trabalhos do Júri terminarão, em data oportuna, a homologar pelo C.D.;

- 8) O Júri deliberará por maioria simples de votos, com a presença de pelo menos 5 dos seus membros.

Não haverá, em qualquer circunstância, delegação de voto.

As decisões do Júri serão definitivas, delas não cabendo qualquer recurso.

Após a decisão do Júri para atribuição do Prémio, será feita a homologação pelo Conselho Directivo do INH.

- 9) Para declarar o prémio vago, o júri deverá contar com o voto de 2/3 de todos os seus membros.

- 10) Das reuniões do Júri serão lavradas as actas respectivas.

A divulgação dos prémios, através dos meios de comunicação, será feita até 30 de Novembro de cada ano.

- 11) O INH organizará, anualmente, uma exposição, nos Serviços Centrais e/ou noutros locais considerados de interesse, em colaboração com as entidades participantes do júri ou outras por forma a divulgar o Prémio RECRIFA.

- 12) Os diplomas serão entregues em sessão a ser realizada, em Outubro, na abertura da exposição anual.

- 13) As placas do Prémio RECRIFA, em material imperecível, serão entregues aos premiados para colocação nos edifícios recuperados.

- 14) Constituem encargos do INH as despesas com a organização do Prémio RECRIFA, com a deslocação e estadia dos representantes das entidades nos trabalhos de júri e com as actividades que lhes sejam adstritas.

- 15) O Prémio RECRIFA será extinto quando nesse sentido deliberar o Conselho Directivo do INH.

- 16) Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Conselho Directivo do INH.





Instituto Nacional de Habitação

**Sede:**

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 5 1099-019 Lisboa

Tel. 217 231 500 // Fax 217 260 729

Linha Verde 800 201 684

email: [inh@inh.pt](mailto:inh@inh.pt)

[www.inh.pt](http://www.inh.pt)

**Delegação:**

Rua D. Manuel II, nº 296 – 6º andar 4050-344 Porto

Tel. 226 079 670 // Fax 226 079 679

